

# **REPRODUÇÃO DE RACISMO NO ESPAÇO ESCOLAR: uma revisão teórica sobre preconceito racial. <sup>1</sup>**

**Rejane Maria Pureza do Rosário<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Numa sociedade formada pela diversidade cultural o fenômeno do preconceito racial que separa brancos dos negros ainda é uma realidade observada atualmente. Dificuldades de acesso à educação escolar e ao trabalho formal colocam a população negra na situação de baixa qualidade e de vulnerabilidade. Além das dificuldades estruturais apontadas, as discussões acerca das políticas de cotas para negros tornam mais visíveis as dificuldades da sociedade brasileira minar os preconceitos que encontram seu germe na formação da sociedade. Além da constituição histórica do preconceito adotada pela instituição colonizadora que atribuiu aos negros trabalhos braçais e total exclusão do projeto de desenvolvimento social, a escola também foi uma das responsáveis em reproduzir o preconceito contra os negros através dos valores, espaços e imagens atribuídos à cultura negra. Diante desse contexto o presente artigo buscará estabelecer um diálogo conceitual sobre o preconceito racial no Brasil e em especial, como este se reproduz no espaço escolar, através das ações pedagógicas dos professores e dos livros didáticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Preconceito racial, educação e reprodução do preconceito.

## **ABSTRACT**

In a society formed by the cultural diversity the phenomenon of the racial preconception that still separates whites of the blacks is a reality observed currently. Difficulties of access the pertaining to school education and to the formal work place the black population in the situation of low quality and vulnerability. Beyond the structural difficulties pointed, the quarrels concerning the politics of quotas with respect to blacks become more visible the difficulties of the Brazilian society to mine the preconceptions that find its embryo in the formation of the society. Beyond the historical constitution of the preconception adopted for the colonist institution that attributed to the black manual works and total exclusion of the project of social development, the school also was one of the responsible ones in reproducing the attributed preconception against the blacks through the values, spaces and images the black culture. Ahead of this context the present article will search to establish a conceptual dialogue on the racial preconception in Brazil and special, as this if reproduces in the pertaining to school space, through the pedagogical actions of the professors and didactic books.

**KEYWORDS:** Racial preconception, education and reproduction of the preconception.

## INTRODUÇÃO

Numa sociedade formada pela diversidade cultural o fenômeno do preconceito racial que separa brancos dos negros ainda é uma realidade observada atualmente. Dificuldades de acesso à educação escolar e ao trabalho formal colocam a população negra na situação de baixa qualidade e de vulnerabilidade. Além das dificuldades estruturais apontadas, as discussões acerca das políticas de cotas para negros tornam mais visíveis as dificuldades da sociedade brasileira minar os preconceitos que encontram seu germe na formação da sociedade.

Além da constituição histórica do preconceito adotada pela instituição colonizadora que atribuiu ao negro trabalhos braçais e total exclusão do projeto de desenvolvimento social, a escola também foi uma das responsáveis em reproduzir o preconceito contra os negros através dos valores, espaços e imagens atribuídos à cultura negra.

Diante desse contexto o presente artigo buscará estabelecer um diálogo conceitual sobre o preconceito racial no Brasil e em especial, como este se reproduz no espaço escolar, através das ações pedagógicas dos professores e dos livros didáticos.

Para uma melhor compreensão dos interesses da nossa pesquisa bibliográfica ao artigo esta estruturada em três partes. Na primeira parte discutiremos a formação da sociedade brasileira e da constituição do racismo, a partir das leituras de Darcy Ribeiro e Antônio Guimarães, compreendendo que o fenômeno do racismo não se configura de maneira universal, mas tem a sua base nos diversos tipos de formação social. Na segunda parte, colocaremos em discussão autores que trabalham a questão da reprodução do racismo no contexto escolar, em especial, Abramowicz, Barbosa & Silvério, Vera Maria Candau, Rita de Cássia Fazzi e Eliane Azevedo. Por fim, discutiremos as ações de combate ao racismo no

Brasil através do movimento negro e das políticas públicas contra o racismo iniciado no governo Lula.

Cabe ainda comentar que este artigo não tem a pretensão de ser um trabalho exaustivo e conclusivo sobre o preconceito racial, mas como reflexão inicial, compreendendo a complexidade do tema e que, embora seja tão antigo quanto a formação da sociedade brasileira, só recentemente torna-se uma preocupação na academia e, especialmente, o reflexo do fenômeno no contexto escolar.

## **1. Formação da sociedade brasileira e da constituição do racismo**

Segundo Azevedo (1999), a Europa foi o berço das idéias racistas, considerando que as ciências modernas, definidoras de conhecimentos e valores, que atribuem padrões de comportamento. O Brasil colonizado por Portugal, produziu uma sociedade formada por hímens e não por famílias. Além disso, os colonizadores do Brasil provieram principalmente do norte de Portugal, região de ocupação pelos antigos germânicos tidos como cultivadores da ideologia da superioridade.

Azevedo comenta que na época da colonização as únicas mulheres existentes aqui eram as índias depois as africanas e posterior as mulheres brancas que chegaram de Portugal em número insuficiente para que permitisse o isolamento racial dos portugueses e por isso eles se relacionavam com as índias e as negras, produzindo uma sociedade miscigenada e destituída de um projeto de sociedade. Isso não queria dizer que por esse envolvimento com mulheres índias e negras eles não fossem preconceituosos ou racistas. Em 1732, foi proibida, a ida de mulheres brancas para Portugal, devido a seu pequeno número no Brasil.

Outro dado relevante que a autora aborda é o fato, dos portugueses não ter construído famílias nem com as negras, nem com as índias o que seria esperado na ausência

de preconceito ou que assumissem a paternidade de seus filhos com as mesmas. A realidade é que por lei era proibido o casamento com índias de 1717.

Como o país precisava de mais gente para o trabalho e fazer nascer mais escravos era não apenas mais barato que comprá-los com também enriquecer mais o proprietário os portugueses se relacionavam de forma violenta. Até hoje, prevalece na sociedade brasileira a idéia de exploração e uso da mulher de cor como objeto de prazer eventual.

De acordo com Darcy Ribeiro, os negros do Brasil foram trazidos, principalmente da costa ocidental africana. Artur Ramos (1940,1942,1946), prosseguindo os estudos de Nina Rodrigues (1939,1945), distingue quanto aos tipos culturais, três grandes grupos. O primeiro das culturas sudanesas, é representado, principalmente, pelos grupos yoruba – chamados nagô – pelos Dahomey – designados geralmente como gege e pelos Fanti – Ashonti – conhecidos como minas – além de muitos representantes de grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa Malagueta e Costa do Marfim. O segundo grupo trouxe ao Brasil Culturas africanas Islamizadas, principalmente os Peuhl. Os mandingas e os Haussa, do norte da Nigéria, identificados na Bahia como negros male e no Rio de Janeiro como negros aleefá. O terceiro grupo congo – angolês, provenientes da área hoje compreendida pela Angola e a contra Costa que corresponde ao atual território de Moçambique.

Segundo Ribeiro, a contribuição Cultural do negro foi pouco relevante na formação daquele protocélula original da cultura brasileira. Aliciado para incrementar a produção açucareira, comporia o contingente fundamental da mão-de-obra. O negro teve uma importância crucial, tanto por sua presença como a assa trabalhadora que produziu quase tudo que aqui se faz.

Os negros do Brasil, trazidos principalmente da costa ocidental da África, foram capturados meio ao acaso nas centenas de povos tribais que falavam dialetos e línguas não

inteligíveis uns aos outros. A África era, então, como ainda hoje o é, em larga medida uma imensa Babel de línguas.

O mais indigno aspecto da escravatura não terminou com a libertação, é inatingível por dispositivos, legais e continua contribuindo para a submissão do negro – o auto desvalorização.

Segundo Ribeiro (1995) nossa tipologia das classes sociais vê na cúpula dois corpos conflitantes, mas mutuamente complementares. O patronato de empresários, cujo poder vem da riqueza através da exploração econômica: e o patriciado cujo manda decorre do desemprego de cargos, tal como o general, o deputado, o bispo, o líder sindical e tantíssimos outros. Naturalmente, cada patricio enriquecido quer ser patrão e cada patrão espera às glórias de um mandato que lhe dê, além de riqueza o poder de determinar o destino alheio.

Nessas últimas décadas surgiu um corpo estranho numa cúpula. É o estamento gerencial das empresas estrangeiras, que passou a constituir o setor predominante das classes dominantes. Ele emprega os tecnocratas mais competentes e controla a mídia. Conformando a opinião pública. Ele elege parlamentares e governantes.

A baixo dessa cúpula ficam as classes intermediárias, feitas de pequenos ofícios, sociais professores, o abaixo-clero e similares. Todos eles propensos a prestar homenagens as classes dominantes, procurando tirar disso alguma vantagem dentro dessa classe entre o clero e as raras intelectuais, é que surgiram mais subversivos em rebeldia contra a ordem. A insurgência mesmo foi encarnada por gente de seus estratos mais baixos. Por isso mesmo mais pobres foram enforcados que qualquer outra categoria de gente.

Seguem-se as classes subalternas, formadas por um bolsão da aristocracia operária, que tem empregos estáveis, sobretudo os trabalhadores especializados, e por outro bolsão que é formado por pequenos proprietários, arrendatários, gerentes de grandes propriedades rurais etc.

Essa estrutura de classes engloba e organiza todo o povo operando como um sistema auto perpetuando ordem social vigente. Seu comando natural são as classes dominantes. Seus setores mais dinâmicos são as classes intermediárias. Seu núcleo mais combativo, as classes subalternas. E seu componente majoritário são as classes oprimidas.

As classes subalternas são formadas pelos que estão integrados regularmente na vida social no sistema produtivo e no corpo de consumidores, geralmente sindicalizados. Seu pendore é mais para defender o que já têm e obter mais, do que para transformar a sociedade.

Para Darcy quando um indivíduo consegue atravessar a barreira de classe para ingressar no estrato superior e nele permanecer, se pode notar em uma ou duas gerações seus descendentes crescerem em estatua, se embelezarem, se refinarem, se educarem, acabando por confundir-se com o patriciado tradicional.

De acordo com Darcy as classes sociais brasileiras não podem ser representadas por um triângulo, com um nível superior, um núcleo e uma base. Elas configuram um losango, com um ápice finíssimo, de pouquíssimas pessoas, e um pescoço, que se vai alargando daquele que se integram no sistema econômico como trabalhadores regulares e como consumidores.

Dentro desse contexto social jamais se puderam desenvolver instituições democráticas com base em formas locais de autogoverno. As instituições republicanas, adotadas formalmente no Brasil para justificar novas formas de exercício do poder pela classe dominante, tiveram sempre como seus agentes junto ao povo ou própria camada proprietária. No mundo rural a mudança de regime jamais afetou o senhorio fazendeiro que, dirigindo a seu talento as funções de repressão policial, as instituições da propriedade na colônia, no Império e na República, exerceu desde sempre um poderio hegemônico.

De acordo com Eliana Azevedo o processo escravista de colonização, associado a uma catequese opressora conseguiu engendrar mudanças fundamentais na autovisão do negro

após gerações absoluta dos direitos e dos valores, a visão do negro sob si mesmo absorveu influências da concepção escravista da época.

Assim, a crença no desvalor de si próprio minou o espírito do negro ganhando prestígio na consciência do negro, em detrimento dos projetos de seus próprios valores.

Ainda hoje, os reflexos dessa introjeção traduzem-se em várias atitudes no negro conscientes ou não. Por exemplo, até há pouco tempo, era comum os negros violentarem a própria aparência física, alisando os cabelos a fim de satisfazer uma concepção de belo que não poderia ser sua.

Segundo Eliana muitos negros confundem as causas sociais de sua lenta ascensão, com supostas causas de incapacidade natural. E quando alguns negros conseguem alcançar reconhecida projeção na sociedade, em geral transmutar-se em branco social.

Das conseqüências da escravatura, não temos dúvidas de que pior que a pobreza, a miséria, o analfabetismo, a marginalização e a doença é a perda da autovisão de valor.

A autora coloca em evidência que o racismo por si só já é condenável, devido aos efeitos bloqueadores que impõe ao outro, o auto-racismo é o mais destruidor dos sentimentos, pois impede até o prazer natural de ser um ser.

De acordo com Eliana Azevedo, o racismo no Brasil tornou-se uma tarefa fácil, uma vez que os colonizadores implantam o complexo de inferioridade entre os negros.

A autora ainda afirma que durante séculos, e até a poucas décadas, o negro brasileiro permaneceu de tal modo imobilizado em sua miséria, que a forma mais comum de racismo chegou a expressar-se em piedade. Migalhas de atos sociais aos quais os negros tinham legítimo direito por cidadania era-lhes concedidos sobre a égide de bondade piedade particular ou pública.

Analfabeto, sem assistência médica, sem emprego, habitação, o negro não consegue mudar a visão de si próprio e lutar por seus direitos. Sem reconhecer-se fruto

histórico de uma marginalização perversa, o negro assumiu “o seu lugar” no mundo dominado pelos brancos.

Ainda segundo a autora, o racismo na sociedade brasileira é tão explícito nas concepções de relações sociais, que seus protagonistas não se percebem racistas.

Eliana Azevedo diz que:

“Toda a carga de herança cultural que modelou a sociedade brasileira é tão fundamental no racismo, que nem os próprios negros escapam a assimilação de sentimentos (contrários à raça negra)”.

E como ninguém age, pensa ou sente fora da própria cultura admitimos se possível, no Brasil, terem-se atitudes racistas inconscientes. Por isso para qualquer pessoa declarar-se não racista neste país.

Ninguém se reconhece racista porque ninguém se preocupa em reconhecer o que é racismo e quais suas formas de elaborada sutileza chegamos a tal ponto de refinamento que mensagens racistas, subliminares, passam despercebidas como tais, sem, contudo perder sua eficácia na promoção da ideologia. Os anúncios comerciais de todos os Shampoos exaltam os seus benefícios na ação de tornar os cabelos soltos, com balanços e belos. Subconscientemente todos fazem a associação mental do belo, do desejável, do bom os cabelos que levemente balançam. Logo, nas deduções associativas da mente humana, conclui-se que o feio, o indesejável, o ruim, é o oposto, isto é, os cabelos duros, que não balançam, que não responde aos efeitos dos shampoos.

Para a autora ser negro e ser também pobre, analfabeto etc. faz com que as causas sociais da pobreza sejam esquecidas e substituídas por causas falsas de origem racial.

## **2. A reprodução do racismo no contexto escolar**

O reflexo do preconceito racial na escola, como afirmamos anteriormente, tem seu germe no contexto da sociedade como todo. Compreendendo que a socialização da criança inicia-se pela família e a comunidade que convive, discutiremos a constituição do preconceito na formação educacional da criança.

Partindo da leitura de Fazzi (2004) “O drama racial de crianças brasileiras”, a autora discorre sobre o preconceito racial na infância, construído e vivenciado pelas crianças. O preconceito, afirma, se manifesta tanto em atitudes (estereótipos, sentimentos e preferências) quanto em comportamento (agressão verbal, rejeição, impedimento de participação em alguma atividade, etc.).

Para a autora o preconceito racial esta associada a uma característica da teoria popular de raça, que se relaciona às crianças nas qualidades físicas e nos interiores. Katz (citado por Fazzi, 2004) ressalta que a aquisição de componentes avaliativos que indicam status racial diferencial. Assim, atribuir características negativas de algum grupo racial ou agir, mesmo que impensadamente, no sentido de inferiorizá-lo, são expressões de preconceito racial.

A autora elaborou uma pesquisa para destituir os estereótipos (preto é feio, preto parece o diabo, ladrão é preto). As respostas “eu não queria ser preto porque é feio e porque é uma cor feia” foram dados por 26 crianças em 40 que responderam diretamente a questão “você gostaria / ou escolheria ser pretão? Do grupo de crianças pobres e o que mais elas consideraram feio a cor e o cabelo. Em relação à cor, elas ressaltaram a” cara toda preta “chegando a afirmar, por exemplo, que tem alguns pretos que é preto, preto mesmo, só fica parecendo os dentes de branco.

Segundo Fozzi desde m muito cedo a criança aprende, por exemplo, que cabelo liso é que é cabelo bonito e esse padrão é reforçado uma vez que parecem ser raros, senão inexistente, ilógicos aos cabelos crespos durante a infância. Essas questões se inscrevem em toda vida social, pelos padrões de beleza que não levam em consideração a existência de uma estética negra.

Abramowicz (2006) observa que essa questão irá refletir na própria visão da imagem das crianças negras. Mesmo as que disseram gostar da própria cor afirmaram não gostar do cabelo. A expressão “nega do cabelo duro” ainda é utilizada como uma forma de interiorização e a escola reproduz na medida em que utiliza padrões de beleza branca na representação dos alunos da escola. Essa questão pode ser vista pela supervalorização cabelo liso sobre o crespo, constituindo um modelo natural a ser seguido.

O preconceito é muitas vezes reproduzido pelos livros didáticos que atribuem apenas trabalhos de baixa qualificação para os negros. Muitas vezes a criança negra irá tentar negar sua cor, na medida em que idealiza profissões valorizadas na sociedade e associada a inteligência do branco. Toda cultura negra, segundo Candau (2002) termina sendo marginalizada e pouco reconhecida: nega-se o candomblé como religião, o cabelos crespo com estética, etc.

Em pesquisa realizada por Fazzi (2004) numa escola, alguns alunos entrevistados afirmaram que os anjos são brancos e quando uma pessoa preta morre no céu a alma dela fica branca e recebe uma coroa na cabeça, negando a presença de anjo negro por que preto é só do mal. Essas representações reforçam, portanto, a associação de que o bem (Deus) é branco e o mal (capeta) é preto.

No grupo de crianças de classe média as representações religiosas de capeta associadas a negro ou pretas, se mostraram menos consistentes do que entre pobres, sendo até admitida a existência do diabo branco por um menino de oito anos. A representação de que o

capeta é preto foi feita apenas por duas crianças. Do contrário do outro grupo, esse a maioria das crianças vão a igreja, e a presença de evangélicos é mínima.

A representação de que o Diabo é preto e mais freqüente entre crianças pobres, em sua maioria não-branca e evangélica, do que entre os de classe média em sua maioria brancas e católicas que o representam vermelho.

Além dos preconceitos difundidos no contexto escolar sobre bem e mal, beleza e profissão, uma outra questão é freqüentemente observada é a associação da marginalidade ao negro. Fazzi (2004) afirma que nos desenhos e nas brincadeiras, o negro sempre está associado a marginalidade ou atividades de baixa valorização social.

Em relação aos xingamentos e apelidos, Silvério (2006) afirma que crianças negras sofrem mais com os xingamentos que desqualificam a cor e os associam a uma condição de pobreza. Essa questão foi observada na pesquisa de Fazzi (2004) que numa entrevista com uma criança na faixa de nove anos, branca, de classe de baixa renda, responderam que não gostariam de serem pretas, porque pretos levavam muitos xingamentos, como: mococo, nego preto, carvão, tisão, diabo, feioso, palavrão tribufu.

A utilização de xingamentos raciais também ocorrem no seio de famílias multirraciais. Fazzi (2004) observou que, assim, entre irmãos de várias cores, os mais claros aproveitam-se disso para, no momento da briga, por exemplo, atingirem moralmente os escuros, xingando-os de macacos ou de pretos.

A criança preta/negra é, então, alvo de comentários depreciativos mesmo no interior de sua família, fazendo-nos supor que a convivência íntima entre pessoas de várias cores não é suficiente para impedir que estereótipos raciais e xingamentos sejam acionados. Em momentos conflituosos ou tensos a agressividade racial pode se manifestar e se voltar contra os pretos/negros.

Algumas crianças ao serem xingadas foram orientadas pelas suas mães a não dar confiança, fingir que nem escutou. Mas esse comportamento não impedia o sentimento de raiva nem fazia o colega, parar de chamá-la de macaca. Outros reagem batendo nos colegas que os xingam.

O preconceito racial só será diminuído na medida em que estereótipos que marginalizam o negro sejam acabados, compreendendo que a escola tem um papel muito importante na superação desse problema. Sobretudo, na ação pedagógica do professor voltado para educar no respeito as diferenças e na mudança de valores preconceituosos experimentados por alunos e família dos alunos.

### **3. Ações de combate ao racismo no Brasil**

Para concluir, discutiremos a seguir, algumas ações que procuram combater os malefícios do preconceito racial ainda existente em nossa sociedade. Compreendemos que o caminho da cidadania se revela na capacidade dos grupos excluídos buscarem seu direitos e a ampliação da cidadania através da luta, das ações afirmativas, especialmente, aquelas que buscam extinguir o racismo.

Alguns historiadores definem o início das iniciativas de combate ao racismo no caso brasileiro com os movimentos quilombolas. O fim do sistema escravista no Brasil impôs a alteração do regime jurídico dos antigos escravizadores, abrindo caminho para a construção. Ao reconhecimento da igualdade formal diante dos demais cidadãos brasileiros. Entretanto, a abolição da escravatura no Brasil, embora, necessária e constituída por muitos da forma como se deu, foi um verdadeiro golpe às aspirações da população afrodescendente. A abolição enquanto uma medida institucional teve seu conteúdo resumido a dois parágrafos que

simplesmente decretava extinta a escravidão revogando as disposições em contrario. Esta abolição não trouxe consigo a perspectiva de libertação com plena inserção dos descendentes de negros escravizados na sociedade como um todo, isto é, no mercado de trabalho, no sistema educacional, no acesso à moradia digna a posse da terra, entre outros.

A elite escravocrata traçou estratégias para diminuir o peso da presença negra na população brasileira no século XIX. Atendendo as demandas das elites cafeicultora, o estado entre 1886 e 1913, estimulou o ingresso de 2,7 milhões de Europeus no Brasil. Ou seja, em 29 anos, a quantidade de europeus que entraram no país representou cerca de 70% do total de africanos que haviam ingressado como escravo entre os séculos XVI e XIX.

Segundo o documento base do governo federal Estado e sociedade promovendo a igualdade. Uma das principais idéias forjadas pelos intelectuais do país foi o mito da democracia social. Segundo ele, a formação da sociedade brasileira sofreu a influencia genética e cultural de três grupos diferentes: portugueses, indígenas e negros, resultando numa sociedade mestiça. Tal origem explica a tolerância ao convívio aparentemente político entre os brasileiros, desconsiderando-se os conflitos inerentes às relações inter-raciais marcadas pela supremacia da população branca.

O mito da democracia racial serviu ainda como um meio de naturalização de tradicionais papeis raciais ocupados pelos distintos grupos de raça/cor em nossa sociedade. Contigerando um modelo relações sociais pronunciadamente desiguais, em cuja pirâmide social os negros, negras, índios, índias permanecem ocupando as piores porções.

No inicio do século 20, as organizações do movimento negro viram-se isoladas em relação às demais frentes co-irmãs de aula, tal como os movimentos operários e camponeses, não distante o forte de diversas vezes as bases demais categorias serem formadas por uma grande quantidade de afrodescendentes. O processo de modernização do país especialmente no período posterior aos anos 1930, foi marcado pelo mito da democracia racial, que reduziu

drasticamente à visibilidade das reivindicações da população afrodescendente. Desse período, ocorreu uma espécie de naturalização dos problemas coletivos dos negros, que passaram a ser encarado pela opinião pública como resultantes das desigualdades raciais ou então como casos a serem solucionados pela policia.

Embora sem visibilidade, as organizações do movimento negro tiveram um papel muito relevante nos debates sociais e políticos. Enfrentando toda sorte de imcompressões, desde os períodos, próximos à abolição da escravidão, fundaram-se importantes organizações de combate ao racismo, como a Frente Negra Brasileira, a União dos Homens de Cor, o Teatro Experimental do Negro. E, várias formas de luta e resistência, das centenas de comunidades quilombolas e de comunidades religiosas de matriz africanas.

Espalharam-se por todo território nacional. A atuação do movimento negro nos anos 70 foi fundamental para a definitiva destruição moral do mito de democracia racial. As organizações se fortaleceram, ainda na ditadura militar, sob a influencia dos movimentos pelos direitos civis no EUA e das lutas de libertação nacional dos países no continente africano.

Ainda o documento descreve a atualidade do movimento negro, que de certa forma, supera-se o isolamento verificado no inicio do século, o combate ao racismo e a discriminação está na agenda política de centenas de organizações do movimento social negro, tais como a Conen (Coordenação de Entidades negras); O MNU (Movimento Negro Unificado); Coordenação Nacional de Remanescentes de Quilombos, dentre outros, em diversos campos de atuação, como por exemplo, juventude Negra, religiões de matriz africana, mulheres negras, artístico-cultural, político-partidário, sindical dentre outros, e de setores expressivos do movimento social brasileiro. Reunidos em grupos, entidades e organizações não governamentais, os integrantes do movimento negro estruturam fóruns

locais, regionais e nacionais que visam, em última instância, a efetiva organização da população negra.

As organizações de mulheres negras e homens têm desempenhado uma ação fundamental na desmistificação da democracia racial e na elaboração de propostas de políticos públicos que contribuam para a alteração do quadro de exclusão, desigualdade e opressão, não apenas racial, mas também de gênero. O potencial de luta e de mobilização social dessas organizações tem importância histórica imensurável.

Em 1995, se tem um marco no movimento negro a Marcha de Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida, realizada no ato de tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, onde cerca de 20 mil manifestantes estiveram presentes em Brasília, para a entrega ao Presidente da República de um documento para superação do Racismo.

O processo de organização do movimento negro provocou debates e enfrentamento no bojo da sociedade brasileira tornando cada vez mais evidente a existência do racismo, e identificando-o como uma prática antidemocrática. Os níveis de exclusão e a baixa qualidade de vida da população negra colocaram paulatinamente o tema da desigualdade racial no centro das questões raciais. Assim ampliaram-se as denúncias contra o racismo o que provocou, ao longo do tempo, a criação de várias medidas por parte de instituições públicas e privadas visando à superação da desigualdade racial. Desta forma compete o Governo Federal, observados os limites institucionais do poder Executivo, desenvolver mecanismos para assegurar a eficácia dos direitos de cidadania plena. O governo brasileiro já coloca em prática os marcos principais político de Durban e da Convenção Internacional Racial: Admite a diversidade nacional, reconhecendo a sociedade brasileira como multicultural, multiracial e pluriétnica, buscando reafirmar ou alterar o posicionamento do Estado Brasileiro.

Uma dessas mudanças é a criação da SEPPIS – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que tem por missão acompanhar e coordenar políticas de diferentes ministérios e outros órgãos do governo brasileiro.

Ampliação das discussões sobre preconceito racial estimulam iniciativas de desconstruções de mitos e preconceitos acerca das etnias minoritárias e investigar as condições oferecidas em sala de aula para a elevação da auto estima de crianças negras ou de outras etnias.

## **CONCLUSÃO**

Vimos que a demonstração do preconceito passa, sobretudo, pelos reconhecimentos da formação da sociedade brasileira, em suas complexas relações de poder, resultado de um longo processo de colonização e na negação dos benefícios de uma sociedade aos seu povo mestiço.

O preconceito parte justamente da falta de conhecimento sobre a nossa própria história e da reprodução de imagens e estereótipos que atribuem ao povo negro a marginalidade e a ocupação de trabalhos de baixo valor social. Disso decorre também a reprodução do preconceito no espaço escolar, reforçado pelas atitudes racistas de professores e dos livros didáticos.

As tentativas de superação do preconceito racial partem dos movimentos sociais que ao longo das últimas décadas buscaram a aplicação dos direitos sociais (trabalho, educação, etc) aos negros, bem como a valorização da cultura negra em toda a sua extensão. Compreendeu-se também, que a educação é o caminho necessário a superação das desigualdades raciais, superando o mito da democracia racial.

Embora todos entendem que pluralidade e educação diversidade são varias culturas que precisam ser estudadas, valorizadas e respeitadas e que educação para a diversidade é justamente o entendimento dessas diferenças manifestações. Todos também concordam que é necessário que os educadores possam por esse tipo de formação para ter respaldo melhor na hora de lidar com certa situação; para não produzir a cultura dominante; para que possa saber lidar com segurança e consciência diante das situações de racismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FAZZI, Rita de Cássia.. **O drama racial das crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceito/Belo Horizonte: Autentica, 2004.

ABRAMOWISZ, BARBOSA E SILVÉRIO (orgs.). **Educação como prática da diferença**. Campina, SP: Armazém do Ipê. 2006.

AZEVEDO, Eliane, **Raça Conceito e preconceito**. 2ª edição. Editora Ática. Ano, 1999.

GUMARÃES, Antônio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo, ED 34, 1999.

CANDAU, Vera Maria (org). **Sociedade, educação e cultura(s)**: questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

RIBEIRO, Darcy. 1922-1997. **O povo brasileiro a formação e o sentido de Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ESTADO, e sociedade. **Promovendo a Igualdade Racial**. 4ª CONAPIR. Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

---

<sup>1</sup> Artigo produzido para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, período 2006.2, orientado pela profa. M.S.c Enedina Maria Soares Souto.

<sup>2</sup> Aluna do curso de Pedagogia da UNIT.